

Quase sete a cada dez executivos de telecomunicações e varejo consideram haver risco elevado de divulgação falsa ou imprecisa dessas iniciativas, de acordo com estudo global da EY

Há um temor por parte de 55% dos líderes financeiros de que os relatórios de sustentabilidade – inseridos nos setores onde esses executivos atuam – contenham elementos de greenwashing, prática que consiste na divulgação falsa ou imprecisa por parte das organizações de iniciativas de sustentabilidade. Para 67% dos executivos de telecomunicações e de varejo, esse risco é alto. Os dados são do [estudo "2024 EY Global DNA of the Financial Controller"](#), elaborado pela EY com base em duas mil entrevistas com líderes financeiros seniores e 815 investidores institucionais, provenientes de 30 países e de 14 setores econômicos.

Na sequência, também avaliando como alto o risco de greenwashing nos reportes de sustentabilidade, aparecem “tecnologia” e “energia e utilidades” empatados com 62%. Petróleo e gás, com 61%, e mídia e entretenimento, com 60%, completam a lista dos setores cujos executivos se consideram mais expostos a um risco elevado. Na outra ponta, produtos para o consumidor, com 39%, e bancos de varejo e seguradoras, com 41%, são os dois setores que ficaram com os menores percentuais em relação a considerar o risco elevado de greenwashing nos seus relatórios.

Na avaliação do estudo, essa insegurança dos executivos reflete a imaturidade dos relatórios de sustentabilidade na comparação com os métodos sofisticados já estabelecidos dos relatórios financeiros. Há, no entanto, uma evolução recente nesses reportes de sustentabilidade, com uma série de estruturas e métricas ainda voluntárias, apesar de os países no mundo inteiro estarem recepcionando essas regras no seu ambiente regulatório e tornando-as, portanto, de cumprimento obrigatório.

No Brasil, a partir de 2026, as companhias abertas estão obrigadas a elaborar e divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com a Resolução CVM 193, que recepcionou as normas do ISSB (International Sustainability Board). As normas do ISSB estabelecem que os objetivos de sustentabilidade com impacto financeiro precisam ser contemplados no reporte financeiro, com a descrição de como serão viabilizados financeiramente pela empresa. A IFRS S1 traz diretrizes para o reporte de sustentabilidade por meio dos seguintes pilares: governança; estratégia; gestão de riscos; e métricas e objetivos. Já a IFRS S2 detalha como deve ser o reporte de riscos e de oportunidades relacionados ao clima para possibilitar ao investidor avaliar o impacto das mudanças climáticas sobre a operação da empresa.

Custo e complexidade altos na busca da conformidade

Ainda que as empresas estejam se debruçando sobre metas de sustentabilidade justificadas, os líderes financeiros, ainda segundo o "2024 EY Global DNA of the Financial Controller", têm dúvidas sobre se esses reportes refletem, de fato, a realidade e estão amparados pelos esforços de diligência necessários.

Os líderes financeiros reportam dificuldade de produzir relatórios precisos de sustentabilidade por causa da complexidade desses assuntos e do volume imenso necessário de dados confiáveis para esse tipo de reporte. Mais da metade dos líderes financeiros entrevistados (55%) avaliam como significativos os custos para responder às novas regulações e padrões dos relatórios de sustentabilidade. Já 44% dizem que esse trabalho se caracteriza pela alta complexidade. Essas duas porcentagens demonstram o enorme desafio que as empresas têm pela frente.

Fonte: Agência EY, em 18.12.2024.